UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
Campus de Feira de Santana

ARTIGO

PROBLEMATICA DE UMA ESCOLA DO CAMPO EM MARIA PRETA/ IPECAETÁ-BA: A RELEVÂNCIA DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDA NAS ESCOLAS DO CAMPO PARA UMA COMUNIDADE

PROBLEM OF A SCHOOL OF THE FIELD IN MARIA PRETA / IPECAETÁ-BA: THE RELEVANCE OF THE EDUCATIONAL PROCESSES DEVELOPED IN THE SCHOOLS OF THE FIELD FOR A COMMUNITY

PROBLEMATICA DE UNA ESCUELA DEL CAMPO EN MARIA PRETA / IPECAETÁ-BA: LA RELEVANCIA DE LOS PROCESOS EDUCATIVOS DESARROLLADA EN LAS ESCUELAS DEL CAMPO PARA UNA COMUNIDAD

DAIANE MOURA DE SANTANA

RESUMO: Inicialmente é apresentado um breve referencial teórico, que por sua vez, traz uma abordagem histórica da evolução da Educação do Campo no Brasil, bem como, os marcos legais relevantes para a discussão. Em seguida é apresentado uma breve avaliação diagnóstica da situação atual da escola Municipal Margarida Rodrigues de Oliveira localizada na comunidade rural de Maria Preta em Ipecaetá-Ba, abordando alguns de seus aspectos tanto quantitativos, quanto qualitativos. Sendo também apresentadas algumas das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar escolas, tais como: formação e remuneração de professores, acesso e permanência dos alunos na escola, distorção idade-série, baixo rendimento dos aprendizes, insuficiência no acompanhamento dos estudantes pelos pais, redução no número de matriculas no turno vespertino, entre outros. Além disso, foram apontadas algumas das ações desenvolvidas pela equipe docente do turno vespertino, a fim de reverter este quadro. Algumas das ações apontadas são: esta equipe, sobretudo a de professores, se doa ao máximo na confecção, execução e gestão dos mais variados projetos, que visão desde o estímulo à leitura, a escrita e a alfabetização científica e matemática, até questões de valores sociais e culturais, combate ao preconceito, ao racismo e ao bullying. Por fim, são abordados alguns pontos do Projeto Político Pedagógico da Escola e conclui com a constatação de que a melhoria dos problemas apontados depende do trabelho conjunto e comprometimento da comunidade escolar e governo municipal.
Palavras-chave: Educação do campo; Maria Preta; Escola rural; Ipecaetá; Comunidade rural.

ABSTRACT: Firstly, a brief theoretical framework is presented, which in turn presents a historical approach to the evolution of Field Education in Brazil, as well as the legal frameworks relevant to the discussion. The following is a brief diagnostic evaluation of the current situation of Margarida Rodrigues de Oliveira Municipal School located in the rural community of Maria Preta in Ipecaetá-Ba, addressing some of its aspects both quantitative and qualitative. There are also some of the main difficulties faced by the school community, such as: teacher training and remuneration, students' access to and stay in school, age-grade distortion, poor performance of learners, insufficient student follow-up by parents, number of enrollments in the afternoon shift, among others. In addition, some of the actions developed by the teaching staff of the afternoon shift were pointed out, in order to reverse this situation. Some of the actions pointed out are: this team, especially that of teachers, donates themselves to the maximum in the preparation, execution and management of the most varied projects, ranging from the stimulation of reading, writing and scientific and mathematical literacy, to questions of values social and cultural rights, combating prejudice, racism and bullfighting. Finally, some points of the School's Political Pedagogical Project are discussed and concludes with the observation that the improvement of the problems pointed out depends on the joint work and commitment of the school community and municipal government.



Palavras-chave: Education of the field; Maria Preta; Rural school; Ipecaetá; Rural community.

RESUMEN: En primer lugar se presenta un breve referencial teórico, que a su vez trae un abordaje histórico de la evolución de la Educación del Campo en Brasil, así como, los marcos legales relevantes para la discusión. A continuación se presenta una breve evaluación diagnóstica de la situación actual de la escuela municipal Margarida Rodrigues de Oliveira ubicada en la comunidad rural de Maria Preta en Ipecaetá-Ba, abordando algunos de sus aspectos tanto cuantitativos, cuanto cualitativos. En el caso de los alumnos, los alumnos, en la escuela, la distorsión edad-serie, el bajo rendimiento de los aprendices, la insuficiencia en el acompañamiento de los estudiantes por los padres, la reducción en el nivel de escolaridad, el número de matrículas en el turno vespertino, entre otros. Además, se señalaron algunas de las acciones desarrolladas por el equipo docente del turno vespertino, a fin de revertir este cuadro. Algunas de las acciones apuntadas son: este equipo, sobre todo la de profesores, se da al máximo en la confección, ejecución y gestión de los más variados proyectos, que visión desde el estímulo a la lectura, la escritura y la alfabetización científica y matemática, hasta cuestiones de valores sociales y culturales, lucha contra el prejuicio, el racismo y el bulling. Por último, se abordan algunos puntos del Proyecto Político Pedagógico de la Escuela y concluye con la constatación de que la mejora de los problemas señalados depende del trabajo conjunto y el compromiso de la comunidad escolar y el gobierno municipal.
Palabras clave: Educación del campo; María Negra; Escuela rural; Ipecaetá; Comunidad rural.

SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA

Historicamente os processos escolares no Brasil, assim como em outros países capitalistas, seguem requisitos elitistas, através dos quais a educação para a consciência e cidadania plena dos indivíduos sempre foi oferecida a pequenos grupos de privilegiados, enquanto a educação das massas quando passou a ser pensada, foi com o principal objetivo a formação de mão de obra qualificada para o mercado e de indivíduos dóceis e obedientes. Segundo Sérgio Celani Leite (1999: 22), o estado e o capitalismo usufruem do processo escolar para obtenção de seus objetivos, lançado mão de recursos incompatíveis com a visão democrática que sustentam.

Com o projeto político do escolanovismo as recentes escolas rurais se viram envolvidas num ideário de escolas tecnicistas e distantes das reais necessidades dos estudantes camponeses. E assim, o programa de Extensão Rural propunha ações que provocassem novas formas de relações sociais e políticas no campo, usando a justificativa de que o comportamento tradicional deve ser mudado por meio da execução de ações sobre um plano psicológico, a fim de atingir o progresso social técnico das populações rurais. (LEITE, 99: 25)

A educação nesse contexto não foi pensada a partir de objetivos próprios, mas externos e alheios a sua problemática específica. E assim continuou acontecendo com a lei 5.692/71, que trouxe implicitamente três objetivos: I- utilização do processo escolar, em todos os níveis de escolaridade, como meio de propagação e penetração do ideário nacional militar de Estado (ideologia estatal empresarial);



II- controle político econômico, ideológico e cultural, principalmente das classes operárias, através da profissionalização e do currículo escolar mínimo desprovido de um conteúdo crítico-reflexivo; II- recriação de infraestrutura material e de recursos humanos adequados ao desenvolvimento do capital e da produção. (LEITE. 99: 26)

Posteriormente, essa forma de ensino sofreu várias críticas, inclusive do pedagogo brasileiro Paulo freire que revolucionou as práticas educativas em nosso país, ele defendeu métodos de educação popular, tendo como suporte filosófico e ideológico os valores e o universo sociolinguístico e cultural desses mesmos grupos. Dialeticamente percebido no confronto entre escola formal e tradicional, educação informal e popular, Freire rompeu com a dicotomia até então conhecida e vivenciada pela escola brasileira, na tentativa de possibilitar uma educação voltada para a solidariedade, para a práxis, em que os elementos político, social, econômico e cultural teceram o processo de ensino-aprendizagem e da cidadania consciente (LEITE. 99; p 43).

Toda essa problemática aqui evidenciada traz à tona a necessidade de se lançar olhares mais atentos e despidos de preconceitos sobre essa modalidade de educação. De acordo com o disposto pela SECAD/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades/ Ministério da Educação e Cultura) em seu Caderno de Educação do Campo, o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente, inovador e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos. Para atender a essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo vem sendo concebida a Educação do Campo (SECAD/MEC. 2007).

Com base em dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – IBGE, INEP e IPEA e expostos no Caderno da SECAD, é possível afirmar que existe diferenças acentuadas entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no campo e as que vivem nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras. Isto indica que, no decorrer da história, as políticas públicas para essas populações não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre campo e cidade. Este equivoco vem desencadeando ano após ano, o reforço das desconfianças que foram



geradas historicamente sobre os processos de educação do campo. Desconfianças essas que perpetua a ideia de que as melhores informações e tecnologias educacionais não são oferecidas aos aprendizes do campo. E estimula processos de êxodo, sobretudo dos mais jovens, que saem em busca do sonho de melhores oportunidades na cidade.

A educação para as comunidades rurais não foi implantada com finalidades diferentes, nem voltada para a fixação e reconhecimento do ambiente rural pelos seus habitantes como um espaço digno e produtivo. A finalidade inicial foi meramente instrumentar a população rurícola para inserir-se ao mercado de trabalho. Com a expansão do êxodo rural para os grandes centros, passou-se a observar essa população de forma diferente. Pois, o aumento das populações urbanas passou a trazer ameaças à estabilidade econômica do espaço urbano. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB, 9394/96) promove a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo diferente do urbano.

Mas, embora a LDB traga bons direcionamentos, a educação oferecida as pessoas que habitam no ambiente rural ainda enfrentam problemas como a baixa disponibilidade de recursos financeiros, estruturas físicas que não dão conta das necessidades, evasão escolar, resistência ao aprendizado, o fechamento de escolas rurais entre outros. Aqui, versaremos sobre os impactos negativos do fechamento de escolas rurais para a comunidade atendida por estas unidades, olhando para a realidade de uma escola localizada em um povoado no Chamado Maria Preta no município de Ipecaetá, Bahia.

PROBLEMÁTICA DA ESCOLA MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA NA MARIA PRETA EM IPECAETÁ

A escola em questão tem como clientela crianças e adolescentes oriundos da área Rural do município, em sua maioria, filhos de camponeses, prestadores de serviços (Pedreiros, Carpinteiros, Empregadas domésticas, entre outros) e desempregados, a maioria das famílias dependem de benefícios sociais para subsistência. Quanto à organização da escola e as suas modalidades de ensino, a mesma oferece a educação infantil e o ensino fundamental do primeiro ao nono ano, nos turnos matutino e vespertino, sendo que, as séries finais do ensino fundamental são oferecidas apenas no vespertino.

A escola está funcionando em um prédio próprio, que tem como dependência fixa: 08 salas de aula, 04 sanitários, uma cantina, uma área interna, uma secretaria, uma biblioteca e uma sala para



professores. A instituição vem sendo gerenciada através da unidade executora Caixa Escolar Wilson Falcão os recursos destinados à aquisição de material didático, de limpeza, permanente e serviços. E ainda se beneficia dos programas PNLD, Mais Educação, Atleta na Escola e Escola no Campo.

A partir de observação direta do ambiente escolar da análise dos dados de rendimentos e de dados trazidos no Projeto Político Pedagógico da escola, podemos identificar e apontar de um modo geral, as seguintes dificuldades enfrentadas: baixa participação dos pais no que diz respeito ao processo educativo dos filhos, pouco interesse dos alunos pelas atividades realizadas em sala de aula, pouco preparo de alguns professores e outros profissionais da educação para lidar com necessidades específicas de nosso alunado em função de questões locais que ainda necessitam de um olhar mais atencioso, tanto da escola, quanto da gestão municipal e progressivo decréscimo no número de matriculas, sobretudo no vespertino.

Essa problemática vem há algum tempo preocupando o corpo docente da escola Margarida Rodrigues de Oliveira, entre eles, a redução do número de matriculas de alunos do fundamental II, tem sido uma das nossas maiores preocupações. Há aproximadamente três anos a equipe se debruça sobre o desafio de atrais mais aluno e distanciar a ameaça de fechamento do colégio. Entretanto, todas as nossas iniciativas até o momento não trouxeram resultados muito perceptíveis. Inclusive, iniciamos o ano letivo de 2018 com risco de fechamento das turmas do fundamental II pela administração municipal, que alega não haver interesse na manutenção da oferta das séries finais do fundamental na unidade, com o número baixo de matriculas.

A comunidade Escolar reconhece algumas limitações, mas também fica apreensiva com a ameaça de fechamento da escola, pois esta é um referencial para a comunidade e um elemento de sustentação da comunidade. Pois, vários estudos já evidenciaram que quando escolas rurais são fechadas, a comunidade tende a perder a vida gradualmente, uma vez que os jovens se vêm obrigados a exilar-se para ambientes urbanos ainda mais sedo, em busca de escolas agradáveis para si e seus filhos.

Todavia, a comunidade escolar da Maria Preta possui entre seus pontos fortes, o comprometimento da equipe de trabalho com a luta para manutenção da escola viva, para a oferta do melhor e bem adequado serviço ao alunado. E embora, a unidade escolar venha enfrentando inúmeras dificuldades, esta equipe, sobretudo a de professores, se doa ao máximo na confecção, execução e gestão dos mais variados projetos, que visão desde o estímulo à leitura, a escrita e a alfabetização científica e matemática, até questões de valores sociais e culturais, combate ao preconceito, ao racismo e ao *bullying*.



A Lei 12.960 sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff e publicada no *Diário Oficial* da União em março de 2014, faz-se de suma relevância para nossa luta. Uma vez que, versa sobre o fechamento de escolas do campo, e evidencia a necessidade de prévia manifestação por parte da comunidade escolar ao processo de fechamento. Esta lei altera o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) e estabelece que antes de fechar a escola da educação básica pública que atenda estudantes residentes no campo, indígenas e quilombolas, o/a prefeito/a ou secretário/a de educação precisa ouvir o conselho municipal de educação, que é o órgão normativo e tem na sua composição representantes dos gestores e de toda a comunidade escolar. E este conselho deverá produzir seu parecer após receber uma justificativa apresentada pela secretaria de educação, com a análise do impacto sobre o fechamento, com honestidade e atenção aos impactos que o a extinção de uma escola pode causar para a comunidade do entorno (BRASIL, 2014).

Faz-se necessário e urgente a atenção dos governos municipal e estadual para as comunidades do campo, a fim de buscar alternativas em acordo com a comunidade, que tenham como objetivo a garantia do acesso e da permanência na escola, a aprendizagem e a valorização do universo cultural das populações do campo e a colaboração e incentivo à formação continuada dos docentes que atuarão nesse espaço. O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) inclui ações de apoio ao desenvolvimento de práticas de gestão, à formação inicial e continuada de professores, à educação tecnológica e de jovens e adultos e à melhoria da infraestrutura física e tecnológica dos equipamentos (BRASIL, 2014).

Atualmente, temos vários projetos em andamento na escola, que buscam além de elevar ainda mais o interesse de nossos alunos pelo ambiente escolar, os seguintes objetivos: servir como referencial prático e teórico no processo de ensino- aprendizagem, uma vez que algumas professoras desenvolvem trabalhos de especialização e mestrado nesta unidade; melhorar a qualidade do ensino; aumentar a qualidade e a quantidade de aprovação; diminuir a repetência; trabalhar as relações ente escola – comunidade – aluno - família; construir um espaço que dê subsídios para construção da cidadania plena, a fim de conquistar uma sociedade mais justa; e construir e desenvolver estratégias contínuas de acompanhamento e de avaliação do aprendizado dos educandos.

Quanto à proposta curricular desta unidade escolar, são propostos procedimentos que visam à aprendizagem e comprometimento com a formação de cidadãos críticos, autônomos e atuantes, sua



organização é uma integração teórica das áreas, abordando várias questões nos seus diversos aspectos; participar e atuar na sociedade também, assumirem a responsabilidade e o compromisso com a comunidade no sentido de construir conhecimento coletivamente que contribuam para melhoria de vida dentro e fora da escola, portanto, as diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para desenvolvimento das capacidades traçadas coletivamente no contexto escolar, a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA

O Projeto Político Pedagógico da escola Margarida Rodrigues de Oliveira é introduzido com uma breve explanação sobre quais devem ser as funções de um projeto desta natureza e pontua que o mesmo se constitui em mais que uma exigência normativa, e sim, um instrumento político e ideológico, que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar. Também prossegue afirmando possibilitar o desenvolvimento de um trabalho favorável à aplicação e à diversificação de atividades reflexivas, críticas, exercitar a capacidade de resolver problemas com autonomia; desenvolver a criatividade numa incessante busca de informações, descobrindo novas possibilidades, pensar interdisciplinar e buscando construir coletivamente.

Tal projeto se propõe um grande referencial para todos da comunidade escolar em questão, com o objetivo de solucionar problemas vivenciados pela mesma, tendo como apoiadores a Secretaria Municipal de Educação, Conselho tutelar, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, entre outros. Em seguida, os elaboradores deste projeto buscaram referência em trechos da lei 9394/96, para contextualizar a apresentação das modalidades do Ensino Fundamental da Rede Municipal, sendo estas: a Educação Especial; Educação Básica do Campo; Educação de Jovens e Adultos. Esta segunda, por sua vez, é a educação para a população rural e está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida este ambiente e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural; II - organização escolar



própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Segundo a lei 9394/96, deve-se definir a identidade da escola do campo pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Além disso, formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas como a pedagogia da terra pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa concomitante e alternadamente de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as principais dificuldades que o ensino rural enfrenta hoje, estão: ausência ou insuficiência de assistência pedagógica apropriada às necessidades dos educadores do campo e supervisão escolar nas escolas rurais; a desatualização das propostas pedagógicas das escolas rurais, que impactam no baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; o baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores.

Faz-se necessário e urgente a discussão de políticas que visem melhorias para o processo de ensino-aprendizagem, com ênfase na formação continuada do corpo docente para a formação de qualidade dos discentes e com a finalidade de garantir que não possamos incorrer nos mesmos erros históricos que acabam por transferir a educação urbana de ensino para o campo. Além disso, que tais discussões possam trazer progresso no acesso e na permanência dos aprendizes no ambiente escolar, bem como na expansão do sistema e no ambiente do campo, melhorando as condições pedagógicas e de infraestrutura escolar.

Contudo, é preciso garantir uma proposta de organização do trabalho pedagógico, de formação do professor e de organização curricular que seja do campo, para o campo e no campo. Assim, os próximos passos para a consolidação e enraizamento desta política dizem respeito a um maior aporte financeiro para as ações em curso, à mobilização das estruturas públicas e reformulação das normas em



vigor. Qualquer ação de política pública a ser desenvolvida, seja pelo MEC ou pelos sistemas de ensino, precisa apresentar alternativas eficazes para a atual situação educacional do campo que inviabiliza a permanência das crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas, comprometendo seriamente qualquer projeto de nação justa e democrática.

A Educação do Campo deve ser uma educação dos e não para os sujeitos do campo, opondo-se ao problemático modelo de "educação rural" que imperou historicamente no Brasil, uma educação que seguia uma matriz curricular voltada para a perpetuação das desigualdades sociais no campo. Por outro lado, essa modalidade de educação deve ser implementada através de políticas públicas, construídas pelos próprios sujeitos. Logo, é uma educação que tem a perspectiva de educar esses sujeitos para que assim eles possam se articular, se organizar e assumir a direção de seus destinos (CALDART, 2002).

No âmbito do ensino de Ciências, uma educação democrática deve refletir as formas de reelaborar didaticamente conteúdos pedagógicos específicos em relação à realidade dos camponeses de modo que esses não tenham que se adaptar a padrões estabelecidos por culturas urbanas distantes. O projeto político pedagógico de suas escolas deve respeitar as particularidades das comunidades, trabalhando conteúdos relacionados com a realidade e respeitando os tempos locais, como por exemplo, a implantação do calendário agrícola escolar (CARDOSO, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p.

BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 108 p (Questões da Nossa Época; n. 35) ISBN 978852490532.

STROMQUIST, Nelly P. **A desigualdade como meio de vida: educação e classe social na América Latina.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.85, n. 209-211, p. 11-28, jan./dez. 2004.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; LANG, Alice Beatriz Silva Gordo. **Educando para o trabalho:** família e escola como agencias educadoras. São Paulo: Edições Loyola, c1985. 205p.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural:** das experiencias a política pública. Brasília, DF: NEAD, Editorial Abare, 2003. 100p (Debates e Ação. v 2).

BRASIL, 2014; Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article/208-noticias/591061196/20339-prefeitura-devera-ouvir-comunidade-antes-de-fechar-escolas-rurais-indigenas-e-quilombolas?Itemid=164; acessado em janeiro 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Caderno 02. Cadernos Temáticos da SECAD. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13605-cadernos-tematicos-da-secad. Acessado em: janeiro, 2018.

